



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
22º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO – GABARITO PRELIMINAR**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

01 - Acerca do princípio da boa-fé objetiva, responda:

A supressio é decorrência do princípio da boa-fé, consistente na perda de um direito pelo seu não exercício.

02 - Sobre o Ministério Público no processo, assinale a alternativa correta:

A ausência de intimação do Ministério Público nos casos de intervenção obrigatória como fiscal da ordem jurídica constitui hipótese de nulidade, desde que demonstrado o efetivo prejuízo ao interesse tutelado pelo MP.

03 - A respeito da comunicação dos atos processuais, assinale a alternativa correta:

A citação postal, quando autorizada por lei, exige o aviso de recebimento.

04 - A respeito da tutela provisória, assinale a alternativa correta:

A efetivação da tutela provisória se dará mediante a responsabilidade objetiva do beneficiário da medida.

05 - Novamente sobre a tutela provisória, responda:

A tutela antecipada fundada na urgência e requerida em caráter antecedente torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.

06 - Sobre as provas no processo civil, responda:

O CPC/15 incorporou expressamente a distribuição dinâmica do ônus da prova.

07 - Sobre a apelação, assinale a alternativa INCORRETA:

Os efeitos da apelação devem ser requeridos pelo apelante.

08 - Sobre o microsistema processual coletivo,

responda:

Segundo o princípio da disponibilidade motivada da ação coletiva, deverá o Ministério Público ou outro legitimado assumir o polo ativo da demanda na hipótese de desistência infundada ou de abandono da ação coletiva.

DIREITO CIVIL

09 - Acerca dos direitos da personalidade, responda:

A tutela da dignidade da pessoa humana inclui o direito ao esquecimento.

10 - Assinale a alternativa INCORRETA:

Analogia e interpretação extensiva designam o mesmo fenômeno jurídico.

11 - Sobre a aplicação da norma jurídica o tempo, responda:

Excepcionalmente, é possível que a lei retroaja.

12 - Assinale a alternativa correta:

O Estatuto da Pessoa com Deficiência trouxe grande transformação no regime das incapacidades do CC/02, sendo que hoje pode-se afirmar que não há maior de 16 anos absolutamente incapaz, independentemente da doença ou enfermidade que o acomete.

13 - Sobre a boa-fé objetiva, assinale a INCORRETA:

A *surrectio* traduz a situação do direito que, não tendo sido, em certas circunstâncias, exercido durante um determinado lapso de tempo, não possa mais sê-lo, por contrariar a boa-fé.

14 - Sobre os negócios jurídicos, assinale a alternativa correta:

É possível que um negócio jurídico não imponha qualquer ônus para uma das partes.

DIREITO CONSTITUCIONAL

15 - Sobre a classificação das constituições, assinale



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
22º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO – GABARITO PRELIMINAR**

a alternativa INCORRETA:

Embora exista certa divergência sobre se a Emenda Constitucional n. 1/69 pode ser considerada uma nova Constituição, o fato é que ela foi promulgada pelo Congresso Nacional e, portanto, pode ser classificada como uma constituição promulgada.

16 - De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

A suspensão de direitos políticos prevista no art. 15, III, da Constituição Federal, aplica-se no caso de substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.

17 - Sobre o direito constitucional à saúde e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - STF, assinale a alternativa INCORRETA:

A legislação sanitária brasileira não adotou a obrigatoriedade da vacinação, em respeito ao direito à intangibilidade, inviolabilidade e integridade do corpo humano.

18 - Sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta:

Nos termos do art. 94 da CF, um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes. De acordo com a jurisprudência do STF, conflita com a Constituição Federal norma da Carta do Estado que, após o Governador escolher um dos candidatos da lista tripla para ser Desembargador pelo quinto constitucional, junte à aprovação da Assembleia Legislativa a escolha do candidato à referida vaga.

19 - No que se refere ao controle de constitucionalidade e às súmulas vinculantes, assinale a alternativa INCORRETA:

O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício, mediante decisão da maioria absoluta dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante

em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual ou pretérita entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

20 - Sobre os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, assinale a alternativa INCORRETA:

A Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT estabelece que os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse. Ademais, a referida convenção internacional permite, expressamente, a adoção da tese do “marco temporal” pelos governos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21- No tocante aos agentes públicos, assinale a alternativa INCORRETA:

Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores.

22 - Sobre a acumulação remunerada de cargos públicos, assinale a alternativa INCORRETA:

De acordo com entendimento do Supremo Tribunal Federal, há impossibilidade de acumulação remunerada de cargos ou empregos públicos privativos de profissionais da área de saúde quando a jornada de trabalho for superior a 60 horas semanais.

23 - No que se refere à organização do Estado e da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
22º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO – GABARITO PRELIMINAR**

para a realização de suas atividades e atuação de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. Ademais, a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

24 - Tendo como base a jurisprudência e a Lei n. 8.429/1992, assinale a alternativa INCORRETA:

Constituem atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública, dentre outros: frustrar a licitude de concurso público; deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo; frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente.

25 - Em relação à temática dos bens públicos, assinale a alternativa INCORRETA:

As terras devolutas pertencem, em regra, à União, conforme art. 20, II, da CF.

26 - Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA:

O desvio de finalidade se verifica quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo.

DIREITO PENAL

27 - Assinale a alternativa incorreta:

Pune-se a tentativa ainda que o crime não se consume por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto.

28 - Assinale a alternativa incorreta:

Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo quando constituem elementares do crime.

29 - Assinale a alternativa incorreta:

Peculato é crime tipificado apenas na forma dolosa.

30 - Assinale a alternativa correta:

É crime tipificado na Lei de Crimes Ambientais a conduta de causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação.

31 - Considerando os enunciados da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, assinale a alternativa incorreta:

Não é de atribuição do Ministério Público Federal a persecução penal dos crimes relativos a entorpecentes, mesmo se comprovada a transnacionalidade da conduta.

32 - Assinale a resposta incorreta de acordo com a jurisprudência do STJ:

O acórdão confirmatório da condenação não é causa interruptiva da prescrição.

33 - Marque a alternativa incorreta:

De acordo com o STF, a alteração promovida pela Lei 13.964/2019, que introduziu o § 5º ao art. 171 do Código Penal (CP), ao condicionar o exercício da pretensão punitiva do Estado à representação da pessoa ofendida, não deve ser aplicada de forma retroativa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

34 - Assinale a resposta correta de acordo com a jurisprudência do STF:

O art. 46 da Lei Complementar (LC) 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público) atribui competência exclusiva à Procuradoria-Geral da República para officiar nos processos em curso perante o Supremo Tribunal Federal (STF).

35 - Assinale a alternativa correta:

Para celebrar acordo de não persecução penal, o investigado deverá confessar formal e circunstancialmente a prática da infração penal.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
22º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO – GABARITO PRELIMINAR**

36 - Em relação às medidas cautelares no processo penal, assinale a alternativa incorreta:

A proibição de ausentar-se do país não implicará na retenção do passaporte do investigado ou acusado pela justiça.

37 - Assinale a resposta incorreta de acordo com a jurisprudência do STJ:

Após o advento da Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime), passou a ser possível a conversão de ofício pelo Juiz da prisão em flagrante em preventiva.

38 - A respeito das provas e nulidades no processo penal, marque a alternativa incorreta.

São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, ainda que possam ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

39 - Em relação às prerrogativas processuais dos membros do Ministério da União, marque a alternativa incorreta:

É prerrogativa do Procurador-Geral da República ser processado e julgado, nos crimes comuns, pelo Superior Tribunal de Justiça.

40 - Assinale a alternativa incorreta:

É da Justiça Federal a competência para processar e julgar crime praticado a bordo de aeronave, cabendo à Justiça Estadual processar e julgar crimes cometidos a bordo de navios.